



O Nordeste e o campo brasileiro, 1961

Max Fellipe Cezario Porphirio*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

Como parte integrante do projeto de pesquisa “*Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na arregimentação política dos trabalhadores rurais, 1961-64*”², elaboramos a presente comunicação. Esse artigo tem como principal objetivo discutir a maneira pela qual *O Nordeste*, um periódico católico, noticiou os problemas rurais no ano de 1961. Para tanto, dividimos o texto em duas grandes partes: na primeira parte apresentaremos as formas de atuação da Igreja Católica no campo brasileiro; na segunda parte discutiremos a relação entre o argumento episcopal e a forma pela qual o *Nordeste* noticiou os problemas rurais.

Em 1945 vemos cair o Estado Novo Vargasista, a experiência autoritária que vigorou sete anos, e ascender a democracia. Essa ascensão criou as condições necessárias para a realização de ricos e amplos debates políticos, ideológicos e culturais, e para que as lutas, particulares e pontuais, pela permanência na terra ganhassem maior visibilidade. A Igreja Católica participou ativamente desses debates, lançando proposições sobre e para o campo brasileiro (CARVALHO, 1985). No período que aqui nos interessa – 1945 a 64 –, essas proposições podem ser divididas em fases (CARVALHO, 1985): a) de 1945 a 50 – momento em que a Igreja tratou os problemas rurais de forma difusa e sem grande interesse por parte da hierarquia eclesiástica; b) de 1950 a 61 – período que marcou a transição para um argumento unívoco e articulado com as instâncias superiores da instituição; c) de 1961 a 64 – fase caracterizada pela atuação sistemática da Igreja Católica no campo por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), da Ação Católica e da fundação de sindicatos, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe). Adotaremos essa cronologia para apresentar a primeira das três partes do capítulo.

1.1 – A Igreja Católica e o campo brasileiro (1945-64)

1.1.1) O argumento da Igreja de 1945 a 50 – Nesse período, a Igreja – baseada na ideia de que a sociedade brasileira era constituída por esferas autônomas – apresentava-se como uma instituição acima das querelas políticas e econômicas do seu tempo, preocupada somente com a questão social, em especial com a preservação dos valores imprescindíveis para o desenvolvimento harmonizador da nação: a justiça social e a caridade (CARVALHO, 1985).

² O presente projeto tem como objetivo geral analisar como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas, forças que atuaram no campo brasileiro entre 1945 e 1964 e que disputaram a representação de parte da população rural entre 1961 e 1964, utilizaram o *O Nordeste*, o *Terra Livre* e o *Liga* – periódicos dirigidos pelas respectivas organizações – para arregimentar os trabalhadores rurais em torno das suas pautas políticas.

Por exemplo, na carta pastoral³ *O momento político, social e econômico da Nação* (1945), o episcopado brasileiro indicou que “a não inspiração da relação capital/trabalho pelas normas da justiça e da caridade gera o desajustamento social e seus males” (CARVALHO, 1985, p. 74).

O trato dos problemas do campo não poderia ir na contramão desse argumento. Sendo assim, o episcopado brasileiro - em concordância com os argumentos que tramitavam no congresso na década de 1940⁴ - analisou os problemas rurais pelo viés agrícola⁵, preocupado em melhorar a qualidade de vida da população rural mediante: o direito à propriedade privada; a extensão da legislação social e trabalhista à população rural; a relação desigual entre a indústria e a agricultura; a fixação do trabalhador rural⁶ no campo; a assistência social; a difusão do cooperativismo e o crédito rural; a mecanização da agricultura e a implantação do ensino agrícola (CARVALHO, 1985).

Apesar de sistematizar sua forma de atuação no campo somente em 1961 (NOVAES, 1997), já na década de 1940 o episcopado brasileiro discutia as bases para a ação da Igreja no campo (CARVALHO, 1985), prevendo a propagação da sua doutrina a partir da imprensa, da educação de jovens e adultos, da alfabetização, da formação social de estudantes e da atuação dos círculos operários católicos junto aos trabalhadores como um todo, tanto urbanos como rurais (CARVALHO, 1985). Porém, a condição *sine qua non* para a superação dos problemas rurais seria a articulação com os grandes proprietários de terra e o Estado. Tal proposta de aliança baseava-se nos já mencionados valores imprescindíveis para o desenvolvimento harmonizador da nação. Não é preciso dizer que a justiça social seria estimulada pelo Estado, de forma semelhante ao que ocorria nos Estados de Bem Estar Social, e a caridade pelos grandes proprietários.

³ Segundo Carvalho (1985), a carta pastoral é a voz de comando, unidade, controle e posicionamento da Igreja Católica.

⁴ No período pós-guerra, o campo brasileiro foi exclusivamente analisado pelo viés agrícola, com ênfase no papel desempenhado pela agricultura no processo de industrialização. Nesse momento, discutia-se, principalmente, o abastecimento dos centros populosos urbanos e o fornecimento de matéria-prima à indústria. Essa forma analítica se alterou na década de 1950, quando o protagonismo político dos trabalhadores rurais estimulou uma maior preocupação com a estrutura fundiária e as relações sociais no campo. Nessa virada argumentativa, três grupos tiveram papel destacado nas discussões: os setores ligados ao PCB; os setores progressistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (DELGADO, 2001b).

⁵ Compartilhando da divisão de Silva (1983), quando nos referimos à questão agrícola estamos tratando de: onde, quanto e o que se produz. E quando nos referimos à questão agrária, estamos abordando temas ligados à estrutura fundiária, à proletarianização do trabalhador rural e às formas de produção.

⁶ Baseados na definição de Medeiros (1995), apontamos que o termo trabalhadores rurais engloba foreiros, pequenos proprietários, meeiros, parceiros, vaqueiros, posseiros, condiceiros e assalariados agrícolas.

O estímulo à conciliação de classes também era resultado da visão polarizadora construída pela Igreja, segundo a qual: a cidade seria o espaço de contestação e desagregação e o campo seria um meio harmonioso e bucólico (CARVALHO, 1985). Argumento semelhante ao de parte do Ministério da Agricultura e dos grandes proprietários, que, para ratificar a sua posição contrária à sindicalização dos trabalhadores rurais, sinalizava a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo, remetendo os conflitos de classe à cidade (MEDEIROS, 2010).

1.1.2) O início da mudança – A década de 1950 significou a transição de um argumento difuso e à parte da hierarquia da Igreja para um argumento unívoco e articulado com as instâncias superiores da instituição. Para entender essa mudança é preciso abordar as transformações pelas quais o Brasil passou nessa década.

Primeiro aspecto a ser destacado é o debate sobre desenvolvimento nacional⁷ que marcou o Brasil nesses anos (MOREIRA, 1998). Dois grandes grupos teorizaram sobre os rumos da economia: os nacional-desenvolvimentistas – grupo de origem liberal e composto principalmente por intelectuais aglutinados Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); e os nacionalistas econômicos – grupo ligado aos setores mais à esquerda da política brasileira, como o PCB (MOREIRA, 1998). Como poderíamos esperar em um país essencialmente rural, a questão agrária assumiu importante dimensão nas proposições desses grupos. Apesar de divergirem quanto ao papel político e social do capitalismo, ambos acreditavam que a superação do sistema agro-exportador era condição primordial para a formação de uma economia centrada no mercado interno. Em linhas gerais, a sobreposição desse modelo aumentaria tanto o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para a indústria como o poder aquisitivo da população rural (TOLEDO, 2004)

Como vimos no primeiro capítulo, a década de 1950 também teve como característica a presença do capital monopolista na agricultura (SINGER, 1984). Tal presença, ao transformar os posseiros em trabalhadores diaristas, aumentou a exploração e, conseqüentemente, a miséria da população rural (SINGER, 1984). Enquanto parte da população rural respondeu a essas mudanças migrando para áreas urbanas – lá também seria explorada, porém a qualidade de vida era melhor –, outra parte se organizou em torno de

⁷ Nesse período, a ideia de “desenvolvimento” estava associada à elevada produtividade por habitante (DELGADO, 2012).

sociedades e de movimentos de resistência armada (MARTINS, 1994). Foi essa articulação que os introduziu como novos atores políticos (MEDEIROS, 1983).

Nesse contexto a Igreja lançou a carta pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural* (1950). Essa carta, como o próprio título sugere, demonstrou a preocupação do episcopado em manter sua influência e legitimidade frente a setores da população rural, que se aproximava cada vez mais do PCB (CARVALHO, 1985). Em concordância com as ideias propostas pelo Ponto IV, o episcopado interpretou a pobreza como o *locus* privilegiado para o desenvolvimento do comunismo. Portanto, para evitar a expansão do comunismo, propôs melhoras nas condições de vida da população rural, mediante: a humanização do trabalho, o incentivo ao ensino técnico agrícola, a promoção da assistência médica, a instauração de políticas previdenciárias, a facilitação do acesso a terra para cultivo (CARVALHO, 1985) e a formação endógena de líderes (CAMARGO, 1981).

No ano seguinte, o episcopado brasileiro lançou a *Pastoral Coletiva* (1951), que possuía um capítulo reservado à discussão da reforma agrária (CARVALHO, 1985). Pela primeira vez a Igreja propôs alterações na estrutura fundiária, defendendo uma reforma agrária baseada na propriedade privada. Nesse argumento, a propriedade privada assumia papel semelhante ao da propriedade tributária no liberalismo clássico. Ao que parece, possuir propriedade significava ser independente politicamente e, assim, ter o discernimento necessário para defender um ideal. Não ter propriedade significava ser dependente econômica e politicamente e, portanto, incapaz de fazer escolhas. Novamente, o argumento do episcopado brasileiro fornece papel primordial aos grandes proprietários rurais, os quais seriam os responsáveis por introduzir a propriedade privada de forma a evitar que tais mudanças resultassem em “provocações de agitadores” (CNBB Apud Carvalho, 1985, p. 84). Além da questão da propriedade privada, esse projeto previa o estímulo à educação técnica, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, o incentivo a cooperativa e a fixação do trabalhador rural no campo.

Em 1952, a Igreja lançou mais uma declaração sobre o campo brasileiro: *A Igreja e o Vale do São Francisco* (1952). Esse documento tinha um objetivo claro: influenciar as políticas da CNPA⁸ (CARVALHO, 1985). Alarmado pelas propostas da CNPA de contornar,

⁸ Para auxiliar, gerenciar e efetivar essas mudanças, Vargas criou, em 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA)⁸. Essa era uma comissão interministerial⁸ subordinada ao poder imediato do presidente⁸ – ou seja, sem muita autonomia –, cujo objetivo principal era apresentar ao presidente da república as medidas necessárias para o desenvolvimento da economia agrícola (MEDEIROS, 1983). A principal ação da CNPA foi a

por meio de emenda constitucional, o parágrafo 16 do artigo 141 e desapropriar terras incultas, mal-cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos, o episcopado posicionou-se contra a desapropriação sistemática das propriedades, por acreditar não existir recursos, “clima psicológico nem maturidade política para tanto” (CNBB apud CARVALHO, 1985, p. 86). Propôs que a saída seria estimular os proprietários a concederem a partes subproveitadas em troca de recursos técnicos ou de crédito. Ou seja, do mesmo modo que defendeu uma reforma agrária assistida pelos proprietários⁹.

Apesar de esses documentos indicarem a forma pela qual o episcopado brasileiro pensava o campo na década de 1950, foram os dois Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados em 1954 e 59, que demarcaram o lugar social da Igreja no debate sobre reforma agrária brasileira (CARVALHO, 1985). Nesses encontros, a Igreja reafirmou a necessidade de superar os problemas do campo para alcançar o desenvolvimento nacional, para tanto propusera a criação de condições para a fixação do trabalhador no campo a partir da aquisição de propriedades privadas, da concessão de créditos – que deveriam ser revertidos na modernização da produção – e do estímulo ao ensino técnico agrícola.

Os anos finais da década de 1950 também marcaram o início da atuação da Igreja Católica no campo fluminense. Baseada na ideia de que a alteração nas estruturas agrárias ocorreria por meio da aliança entre o Estado e a Igreja, a Federação dos Círculos Operários se aliou à Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) com o objetivo de se apoiar nas estruturas desta organização para expandir sua atuação frente aos trabalhadores rurais, fundando associações de lavradores e sindicatos (GRYNSZPAN, 1987). Como veremos, apesar de iniciada em finais dos anos 50, a sindicalização dos trabalhadores rurais ganhou contornos mais sólidos a partir de 1961.

elaboração de um projeto de reforma agrária. Na tentativa de evitar que resistências a questões pontuais parassem o projeto, a CNPA propôs diversas diretrizes. Essas diretrizes tinham como eixos o parágrafo 147, o combate à proletarianização do camponês, as peculiaridades regionais, o papel produtor e social da pequena propriedade e, é claro, o fornecimento de alimentos (TAPIA, 1986). O ponto central do projeto foi a proposta de reforma da estrutura fundiária. Para tanto, propôs uma emenda constitucional ao parágrafo 16 do artigo 141, na tentativa de contornar a principal barreira às mudanças na estrutura fundiária do Brasil, mas também previa a desapropriação de terras - incultas, mal-cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos - localizadas próximas aos centros urbanos; e a criação de um sistema de impostos sobre a terra, no intuito de combater a utilização especulativa da terra. Nesse projeto, o Estado assumia a função de regulador, organizador e fomentador da produção agrícola (intervindo no direito de propriedade e regulando a relações trabalhistas). Tal ação ressuscitou o debate da constituinte de 1946 sobre a intervenção do Estado na economia e, sobretudo, estimulou a aversão patronal ao projeto (TAPIA, 1986).

⁹ No documento *A Igreja e a Reforma Agrária* (1954), a reforma agrária, com base na propriedade privada, novamente é apresentada como a forma de fixar o homem rural no campo (CARVALHO, 1985).

1.1.3) O início da atuação sistemática - É lugar comum na historiografia apontar que na década de 1960 a Igreja Católica passou por um processo de reorganização, tanto no âmbito nacional quanto internacional¹⁰. Como destacou Alves (1979), é impossível analisar esse processo sem levar em consideração o contexto da guerra fria, já que o crescimento do marxismo “ateu” sobre a América Latina¹¹ foi a força motriz por trás da encíclica *Mater et Magistra* (1961) e das conclamações de 1958 e 1961¹²(marcos da reorganização católica). A CNBB¹³ respondeu prontamente a esses chamados, lançando um Plano de Emergência (1961-65) que: a) previa alterações na estrutura administrativa, nos métodos de discussão, nas políticas de comunicações e nos métodos de discussão (ALVES, 1979); b) estimulava o posicionamento de diversos setores da Igreja frente aos problemas sociais e econômicos do país, como forma de promover a justiça social (ALVES, 1979); c) defendia a modernização do campo como forma de afastar a “miséria” e, conseqüentemente, conter a expansão do PCB e das Ligas Camponesas (NETO, 2009).

Como destacou Scott Mainwaring (1983), é perigoso analisar a Igreja como exclusivamente preocupada em interferir na estrutura política da sociedade ou como essencialmente voltada para a propagação da sua mensagem religiosa. Segundo o autor, devemos fazer um jogo de escalas, analisando a Igreja como uma instituição que busca, ao mesmo tempo, interferir na estrutura política da sociedade e ensinar sua mensagem religiosa, sendo a ênfase em um desses caminhos orientada por conflitos endógenos e exógenos. Concordando com a autora, destacamos que a reformulação da Igreja estava relacionada tanto ao controle da expansão comunista quanto à tentativa de garantir a propagação de suas doutrinas sobre a população latino-americana (CABRAL, 2014).

¹⁰ Cf. Alves (1979), Carvalho (1985), Novaes (1997), Kadt (2007), Neto (2009) e Cabral (2014).

¹¹ A preocupação com o marxismo estava ancorada na vitória dos revolucionários cubanos (1959) e na atuação do PCB e das Ligas Camponesas no campo brasileiro. Cabe destacar que as Ligas Camponesas preocupavam tanto a Igreja como o serviço de inteligência norte-americano (CIA). Segundo Page (1972), a CIA já estava preocupada com as viagens de Julião à Polônia, Checoslováquia, União Soviética e Cuba, e com a sua relação com Prestes. Na interpretação estadunidense, uma revolução no Nordeste significava a perda do Brasil e, quiçá, da América do Sul, para o socialismo, e a cidade de Recife funcionava como ponto de substituição de homens e militares em trânsito para a estação de rastreamento de mísseis na ilha de Ascensão.

¹² Na ordem de 1961 João XXIII foi enfático ao determinar três diretrizes: “que cada país estabelecesse, o mais rapidamente possível, um plano de pastoral que tivesse como objetivos iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental e fortalecer os católicos na fé; que os bispos se esforçassem por mostrar aos governantes e a todos os responsáveis a urgência de uma reforma das estruturas sociais no sentido de uma pro- moção das massas subdesenvolvidas; que a hierarquia e a Igreja, num papel subsidiário, dessem a sua cooperação a este esforço de participação humana e tomassem no seu seio uma parte ativa” (ALVES, 1979, p. 72).

¹³ A CNBB foi criada em 17 de outubro de 1952, a partir da articulação de Dom Hélder Câmara e Giovanni Battista Montini, e rapidamente assumiu o papel de porta-voz da hierarquia da Igreja no país (ALVES, 1979).

Isto posto, apresentemos a influência dessas mudanças na atuação da Igreja no campo brasileiro. Na década de 1960, o argumento do episcopado brasileiro sobre a necessidade da própria Igreja guiar a reforma agrária como forma de evitar a expansão do socialismo ficou claro e explícito, transformando-se em proselitismo (CARVALHO, 1985)¹⁴. Além disso, nessa década a forma pela qual a Igreja pensou a constituição da reforma agrária mudou. Em concordância com as proposições da *Mater et Magistra* (1961) – especificadamente a ideia de que a promoção dos agricultores deveria ser realizada pelos próprios agricultores –, o episcopado brasileiro deixou de apoiar a atuação primordial do grandes proprietários na implantação da reforma agrária, para estimular a ação reivindicativa dos trabalhadores rurais (CABRAL, 2014). A espinha dorsal desse estímulo foi o Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁵ (ALVES, 1979). Três fatores justificaram a ênfase nesse projeto de educação por meio de escolas radiofônicas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (KADT, 2007): 1) a ideia de que antes de se organizar politicamente, a população rural deveria estar “consciente” das formas de dominação a que estava submetida¹⁶(KADT, 2007, p. 125); 2) nas teorizações da Igreja Católica brasileira, o foco na juventude rural foi enfatizado, pois dela surgiriam as futuras lideranças rurais, que, por sua vez, atuariam na organização da população rural¹⁷; 3) os católicos progressistas acreditavam a referida “conscientização” viria por meio da introdução de uma “nova” e “endógena” cultura popular¹⁸, em oposição àquela imposta e alienante. A alfabetização assumia importante papel na constituição dessa “nova” cultura popular.

Os militantes do MEB eram, em sua maioria, católicos “progressistas” (KADT, 2007). Segundo Kadt (2007), os católicos progressistas, baseados em uma orientação profundamente humanista, defendiam que a eliminação dos conflitos viria por meio da promoção do bem-estar social. Esse bem-estar, por sua vez, surgiria a partir da substituição das estruturas de

¹⁴ Foi possível perceber essa estrutura argumentativa nas seguintes declarações: Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto (1960); Declaração da CNBB (1961); Declaração do I Encontro dos Vigários Rurais do Estado de São Paulo (1962); e Mensagem da Comissão Central da CNBB sobre a desapropriação por interesse social (1963).

¹⁵ O MEB representou a mudança na forma de tratar a educação no campo. Como destacou Mendonça (2010), de 1910 a 1961 a educação da população rural voltava-se para a transmissão e capacitação técnica, buscava negligenciar os conflitos de classe e tratava o homem do campo como inferior e incapaz. O MEB, pelo contrário, partia da existência dos conflitos de classe para “conscientizar” o trabalhador rural por meio da educação, porém continuou a tratar o trabalhador rural como sujeito político inferiorizado.

¹⁶ Essa ideia foi assumida no 1º Encontro Nacional de Coordenadores do MEB (1962) (KADT, 2007).

¹⁷ Como destacou Coutrot (2003), o foco no jovem estava associado à ideia de que nessa fase o indivíduo era mais maleável.

¹⁸ O termo “cultura popular” foi utilizado pelos católicos progressistas na década de 1960. Como Chartier (2002), discordamos da separação entre “cultura popular” x “cultura erudita”, pois os indivíduos estão em constante troca e as práticas culturais têm origens diversas.

dominação por outras que contribuíssem para a harmonização. Segundo o autor, as relações sociais nesse projeto de nação eram baseadas no “existencialismo ‘personalista’ cristão de Emmanuel Mounier” (KADT, 2007, p.117), que defendia o altruísmo do indivíduo, apesar de considerar improvável a existência de uma sociedade totalmente corporativa. As ideias do jesuíta Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) e do Padre Henrique de Lima Vaz (1921-2005) também influenciaram as lideranças católicas progressistas do Brasil da década de 1960. Teilhard, baseado na teoria da evolução, defendia que a socialização era uma dinâmica irreversível e inevitável, resultado da natureza biológica e psicossocial do homem. Já Pe. Vaz, na contramão da determinação divina, considerava os indivíduos responsáveis por construir o “reino dos céus” na terra, baseado na conciliação.

Além do MEB, a Igreja atuou no campo por meio das cooperativas agrícolas e dos sindicatos (ALVES, 1979). Em 1961, respondendo a expansão das Ligas Camponesas¹⁹, iniciou-se a sistematização e organização dos sindicatos por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)²⁰, ligado aos círculos operários e ao Ministério do Trabalho (MEDEIROS, 1983). O SORPE tinha a função de formar líderes sindicais católicos e colocá-los à frente dos sindicatos criados. Apesar de os sindicatos ligados à Igreja se preocuparem majoritariamente com o cumprimento das leis trabalhistas (KADT, 2007), a defesa da reforma agrária cristã²¹ também fazia parte da sua agenda (MEDEIROS, 1983).

2.1 – O Nordeste e o campo brasileiro (1961)

Neste tópico discutimos a maneira pela qual, nas edições de 1961, o *Nordeste* noticiou os problemas do campo brasileiro; que grupos ou forças sociais foram identificados como inimigos, adversários ou opositores, e como as ações desses opositores foram classificadas. Entretanto, antes de iniciar essas discussões é necessário elucidar alguns aspectos. Primeiramente, o recorte temporal diz respeito ao fato desse ano representar a entrada efetiva da Igreja no campo. Por tanto, nos preocupamos em analisar o argumento do corpo editorial durante essa importante mudança.

Abordamos esse periódico tentando evitar o equívoco de associar as ideias propagadas pelo corpo editorial à toda a Igreja (TRINDADE, 1984), pois se trata de uma instituição composta por diferentes grupos que possuem interpretações próprias e, muitas vezes,

¹⁹ Concordam quanto a isso: Alves (1979), Medeiros (1983) e Kadt (2007).

²⁰ Segundo Page (1972, p. 158), essa organização era financiada pela CIA.

²¹ A reforma agrária cristã previa o acesso da população rural à propriedade privada, previdência social, assistência médica, educação e saúde pública (NOVAES, 1997).

conflitantes, sobre a conjuntura político-econômica na qual se inserem. Contudo, mesmo partindo dessa premissa, tentamos relacionar as informações contidas no *O Nordeste* com as ações de determinados setores da Igreja, em especial com o argumento do episcopado brasileiro. Ou seja, destacamos a conjuntura político-econômica em que esses periódicos foram escritos, pois, do contrário, estaríamos tratando-os “como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 256).

O fato de não interpretarmos esses periódicos como descritores imparciais dos acontecimentos, já que seus organizadores viam na imprensa uma forma de atuar na constituição dos modos de vida, não significa dizer que tentamos encontrar, no corpo editorial, cálculos científicos de como noticiar cada assunto, pois “nada mais estranho à vida real que essa interpretação abstrata que não leva em consideração as paixões, os impulsos e as motivações morais” (JEANNEY, 2003, p. 222).

Partiremos agora para a apresentação geral do periódico. *O Nordeste* circulou entre 1922 e 1967. Em 1961 era um periódico diário de 8 páginas, escrito em uma linguagem simples e direta, composto por imagens (desenhos e fotos) e que tinha o seguinte expediente: diretor - Com. Luís Sucupira; redator secretário – Dr. Paulo Lopes Filho; gerente – Ignez Tocantins²². Infelizmente não temos informações sobre a sua tiragem²³. *O Nordeste* era definido como um jornal “ideológico” e “doutrinal” (O NORDESTE, 3/3/1961, p.1) ligado à Igreja. Dessa forma, não é preciso mencionar que o periódico veiculava as doutrinas dessa instituição, possuía colunas assinadas por padres e bispos, noticiava o aniversário e viagens de altos membros do clero, divulgava notícias da arquidiocese de Fortaleza, sede administrativa do jornal, e anunciava as graças alcançadas pelos leitores. Porém, nem só de notícias religiosas vivia esse periódico. Além desses tópicos, *O Nordeste*, buscando alcançar um público variado, informava sobre ocorrências policiais, incêndios e eventos culturais e esportivos.

O que nos permite apontar *O Nordeste* como um periódico lido por trabalhadores rurais? O fato legitimador dessa relação emissor/reprodutor²⁴ são as cartas que lavradores e

²² No decorrer do ano, Padre Tarcísio de Almeida assumiu a função de redator secretário, e Murilo Ribeiro Cavalcante a de gerente.

²³ Além de possuir um programa de assinatura anual, *O Nordeste* tinha sistemas de assinatura mensal, trimestral e semestral.

²⁴ Consideramos a divisão produtor/consumidor problemática, pois remete a ideia de liberdade/dependência e alienação/consciência, ou seja, de que só existe uma forma de interpretar um argumento, a intencionada pelo produtor. É preciso repensar essa divisão e entender que o “consumidor” produz interpretações para além do que pretendia o “produtor”, rejeitando ou aceitando os princípios que lhe tentam inculcar (CHARTIER, 2002).

pequenos proprietários enviavam à redação. Por exemplo, na primeira página da edição de 3 de fevereiro de 1961, vemos a notícia “Sementes para agricultores” com o seguinte conteúdo: “Temos recebido numerosas cartas de agricultores, pedindo que ‘O Nordeste’ interfira junto à Secretaria de Agricultura, no sentido de que inicie, urgentemente, a distribuição de semente e enxadas” (“30 anos de experiência fracassada”. O NORDESTE, 3/2/1961, p. 1). Porém, isso não significa dizer que o periódico era voltado exclusivamente ao trabalhador rural. Em concordância com as proposições da Igreja, que pregava a harmonia e a cooperação entre as classes, o periódico era voltado a diferentes grupos sociais, como industriais²⁵, estudantes²⁶ e profissionais liberais²⁷.

A forma como, possivelmente, os trabalhadores rurais – em sua maioria analfabetos – tinham acesso às notícias desse jornal também merece destaque. Assim como ocorria com o *Liga* e o *Terra Livre*²⁸, tudo indica que *O Nordeste* era lido coletivamente, como lembrou o leitor em uma carta enviada à redação: “O Nordeste! Não queira saber da repercussão que alcançou aqui: passara de mão em mão. Foi lido em altas vozes na cidade!” (O NORDESTE, 15/4/1961, p. 7)

2.1.2) Da questão técnica à questão política – Até o início da atuação sistemática da Igreja no campo por meio do MEB, raras foram as notícias associadas à questão social do campo e ao papel político do trabalhador rural. A análise dos problemas do campo tinha como eixo a questão agrícola, defendendo a mecanização da agricultura, a redefinição das políticas de créditos, o incentivo à formação técnica dos trabalhadores rurais e a preocupação com a erosão do solo. O artigo publicado na coluna “Endereço Certo” (2/1/1961, p.5) ilustra essa interpretação dos problemas rurais. Nesse artigo, Al. Neto apontou a deficitária política creditícia brasileira e a incapacidade técnica dos produtores como as causas dos problemas rurais – que, por sua vez, eram resumidos a incapacidade produtiva das propriedades rurais. Segundo o autor, “a agricultura é, hoje em dia, ciência complexa, que exige os serviços do profissional competentemente treinado” (“Endereço Certo”. O NORDESTE, 2/1/1961, p.5), e

²⁵ Isso ficou claro na edição de 4 de janeiro de 1961, quando conclamou comerciantes e industriais a não abrirem suas indústrias no Dia de Reis, dia em que “os católicos não podem realizar trabalhos chamados servis” (O NORDESTE, 4/1/1961, p.1).

²⁶ O periódico publicava notícias sobre as faculdades cearenses, em especial a Escola de Agronomia.

²⁷ Identificamos a publicação de convocações para a Assembleia Geral Ordinária da OAB – CE.

²⁸ Segundo Medeiros (1995b), a leitura do *Terra Livre* era realizada por pessoas de destaque no movimento, capazes de legitimar a mensagem propagada pelo jornal. Provavelmente, os membros das Ligas Camponesas também praticavam a leitura coletiva do *Liga*, pois Elizabeth Teixeira (líder da Liga Camponesa de Sapé – PB) afirmou que tinha o hábito de ler o *Terra Livre* para os membros da sua liga.

a política de concessão de créditos não levava isso em consideração ao conceder crédito a qualquer pequeno produtor. Essa prática estaria provocando a erosão do solo e o desperdício de recursos, pois a incapacidade técnica dos produtores não os permitia produzir de forma adequada a trazer resultados satisfatórios.

A mecanização da produção rural, por sua vez, era apresentada como a principal barreira à expansão do comunismo. De acordo com os artigos “Mal Permanente” (O NORDESTE, 31/1/1961) e “Know How” (O NORDESTE, 23/1/1961), a mecanização da produção agrícola, ao desenvolver a agricultura, contribuiria para a superação da pobreza da população rural. Tal superação, ao aumentar o poder de consumo dos trabalhadores rurais, ampliaria o mercado interno de bem manufaturados, o que levaria à expansão da Indústria Nacional. Além disso, compartilhando da ideia norte-americana de que o comunismo só floresceria onde existisse pobreza, a melhora das condições socioeconômicas da população rural era interpretada como inviabilizadora do comunismo, pois a população não teria justificativas materiais para apoiá-lo.

O combate ao comunismo também foi a base da proposta de reforma agrária apresentada pelo jornal nos primeiros meses do ano. Em concordância com a estrutura argumentativa do jornal, de utilizar linguagem simples e textos curtos e diretos, a elaboração desse complexo conceito foi sucinta. No artigo “A Reforma Agrária” (O NORDESTE, 3/1/1961, p.4), J. S. Nogueira apresentou a reforma agrária como principal arma contra a expansão do comunismo, já que resolveria “o problema social na vida do campo conforme adverte o episcopado” (“Arma de dois Gumes”. O NORDESTE, 25/1/61, p.3). A proposta era clara: a realização da reforma agrária não seria simples “redistribuição de terras”, mas sim um projeto de concessão de créditos e de educação técnica orientado pelo Estado (“Arma de dois Gumes”. O NORDESTE, 25/1/61, p.3). Porém, o corpo editorial alertava para a necessidade de problematizar o grau de autonomia delegado ao Estado, pois a reforma agrária quando orientada pelo Estado ou fruto de uma ação revolucionária poderia tomar contornos “ditatoriais”, como ocorreu na China, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e em Cuba (“Arma de dois Gumes”. O NORDESTE, 25/1/61, p.3).

A questão técnica também foi utilizada para discutir o problema da seca. O jornal interpretava a irregularidade pluviométrica como natural (“Mal Permanente”. O NORDESTE, 30/1/1961, p.3; “Calma com a Reforma Agrária III”. O NORDESTE, 20/5/61, p. 7) e responsável pela destruição da produção agropecuária nordestina (“Arma de dois gumes”. O

NORDESTE, 25/1/1961, p. 3). O caminho sinalizado para a superação desse problema não poderia ser outro senão as “experiências vitoriosas da ciência”, em especial o desenvolvimento da engenharia hidráulica. Tal argumento se aproximava do discurso dos latifundiários, que utilizavam essa ideia de fatalidade climática para, nos momentos de estiagem, se beneficiarem de isenção fiscal, crédito bancário e auxílios financeiros concedidos pelo governo federal²⁹ (AZEVEDO, 1982).

A forma de tratar os problemas rurais não era baseada exclusivamente em orientações políticas e a apologia à questão técnica era superada quando os “direitos humanos” eram preteridos³⁰. Isso ficou claro no artigo “Providência Indispensável” (O NORDESTE, 2/2/1961, p. 3), no qual a atuação Deputado Wilson Roriz contra os impactos sócio-ambientais da construção da barragem de Orós sobre a população da cidade de Iguatu foi congratulada.

Logo após a Igreja lançar o MEB - que representou o início da atuação sistemática da Igreja no campo -, essa forma de analisar os problemas do campo brasileiro sofreu uma visível alteração. A preocupação transmuta da questão técnica para a questão socioeconômica, pois o foco no homem rural “deveria constituir objetivo de toda a política agrária” (“Rurícola e a Terra”. O NORDESTE, 28/3/61, p. 5)³¹. Dois textos simbolizam essa mudança. O primeiro deles é o “Desenvolvimento” (O NORDESTE, 20/3/1961, p.2). Por incrível que pareça, o artigo é uma contundente crítica àqueles que analisaram o desenvolvimento brasileiro única e exclusivamente pelo viés técnico. O texto é claro ao afirmar que o “desenvolvimento econômico é principalmente humano”, e que só seria alcançado por meio da educação do povo, pois “enquanto formamos uma nação com alto coeficiente de analfabetismo não poderemos em hipótese alguma ser uma nação desenvolvida” (“Desenvolvimento”. O NORDESTE, 20/3/1961, p. 2).

O artigo “Manifesta-se a Lavoura” (O NORDESTE, 11/3/1961), por sua vez, é uma crítica a forma pela qual a confederação rural brasileira interpretou o campo brasileiro da década de 1960. “Como se vê, mostra-se a confederação inteiramente à margem dos

²⁹ Para uma análise da construção da imagem da região Nordeste como fatalmente associada à seca, à miséria e à fome, ver Albuquerque (2009).

³⁰ Como afirmou Mbaya (1997), a partir de 1945 os direitos humanos foram associados à universalidade do direito à existência, à vida, à integridade física e moral da pessoa e à não-discriminação, em particular a racial.

³¹ A mudança de perspectiva não significa dizer que as notícias sobre o aspecto técnico desapareceram. Elas eram publicadas, mas em menor número e com teor distinto, e as mudanças técnicas não mais eram apresentadas como condição primordial para a melhora produtiva.

verdadeiros problemas da nossa agricultura, o que demonstra á sociedade que sua direção é composta de medalhões de todo alheios às necessidades do ruralismo nacional” (“Manifesta-se Lavoura”. O NORDESTE, 11/3/1961, p.3). Continua: não possuem conhecimento algum “das necessidades do **homem** e da terra em nosso País” (“Manifesta-se Lavoura”. O NORDESTE, 11/3/1961, p.3, grifo meu) e “acham de manifestar-se contra ‘a chamada reforma agrária’, sem propor nada em troca” (“Manifesta-se Lavoura”. O NORDESTE, 11/3/1961, p.3). Sabendo que poucas edições antes o jornal, em concordância com o argumento do episcopado, defendia a atuação dos setores patronais na viabilização da reforma agrária, tal artigo representou considerável mudança, demonstrando a tentativa de dissociar o catolicismo das forças conservadoras e se mostrar preocupado com as injustiças da sociedade capitalista.

A forma de tratar a reforma agrária também sofreu importante modificação. Como vimos, a proposta de reforma agrária defendida pelo jornal se resumia a concessão de créditos e promoção da educação técnica. A partir de março, a reforma agrária assumiu caráter assistencial, pois o problema do campo não era mais associado ao aspecto técnico, e sim ao “subdesenvolvimento” da pobreza. Dessa forma, se aproximando do argumento episcopal (NOVAES, 1997), o jornal passou a defender uma reforma agrária por meio de reformas sociais, pois acreditava que ela não ocorreria a partir da luta de classes - como era defendido pelo PCB e pelas Ligas - ³², mas sim com o acesso da população rural a previdência social, assistência médica, educação e saúde pública (“Dom Eugênio Sales fala sobre a Reforma Agrária”. O NORDESTE, 20/5/1963, p.3). Além disso, o corpo editorial passou a observar a reforma agrária como forma de evitar o êxodo rural e, conseqüentemente, a formação de favelas, como foi possível perceber nas, agora, corriqueiras notícias sobre o tema.

Após março de 1961, *O Nordeste* assumiu características panfletárias, orientando e informando sobre as principais ações e diretrizes da Igreja Católica no campo. Essa propaganda consistia na: a) publicação de entrevistas dos representantes do episcopado brasileiro, como D. Antônio Fragoso, D. Hélder Câmara e Dom Vicente Scherer. As entrevistas apresentavam a Igreja preocupada com a “promoção do nível social das populações do campo e da cidade” (O NORDESTE, 7/3/1961) e tentavam explicar a sua

³² A ideia de harmonização do campo continuou presente nas proposições do periódico. A relação entre latifundiários e trabalhadores rurais era apresentada como harmônica, delegando ao latifundiário as características de solidário e altruísta, já que “inventa e arranja serviços nas épocas mais difíceis” (“Reforma Agrária versus Marcha para o Oeste”. O NORDESTE, 22/8/1961, p.4).

intervenção em questões socioeconômicas como primordial à eficácia da evangelização (O NORDESTE, 7/3/1961). Essa justificativa surgiu da abrupta mudança de posição da Igreja frente aos problemas sociais, pois até a década de 1960 a Igreja se apresentava como acima das querelas políticas e sociais do seu tempo; b) legitimação da educação enquanto instrumento de transformação social, noticiando a atuação do MEB³³ e os encontros da Juventude Estudantil Católica e da Associação de Educadores Cristãos, criando as colunas fixas “Acontecimentos Estudantis” e “Universidades e Universitários” e fornecendo importante destaque à figura dos professores e monitores do MEB³⁴.

A forma de tratar a população rural também sofreu visível alteração. Até então, o homem rural era tratado como “sertanejo”, “rurícola”, “agricultor” ou “lavrador pobre”. A partir da sistematização da atuação da Igreja no campo, foi possível observar, somado a esses, a utilização do termo “camponês”. Tal utilização demonstra a caracterização dos trabalhadores do campo como atores políticos, reconhecendo-os como agentes da transformação do campo. Associado a esse reconhecimento, o jornal passou a ter a colunas fixas relacionadas ao interior cearense, como a “Iguatu em Revista³⁵” e a “Interior em Foco”, que publicavam, em tom de denúncia e reclamação, notícias referentes à situação dos camponeses que lá viviam. Como destacou Cruz e Peixoto (2007), a existência de colunas fixas indica a abertura de espaço para interesses de grupos específicos, nesse caso um grupo que passou a ter papel primordial nos rumos políticos do país e, por isso, disputado pela Igreja, pelas Ligas Camponesas e pelo PCB (MEDEIROS, 1983).

Por fim, ainda nesse contexto de alteração argumentativa, o jornal se preocupou em apresentar a gênese dos problemas rurais brasileiros para além da educação técnica. Se aproximando das teorias apresentadas por autores ligados ao PCB - como Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas -, *O Nordeste* destacou que a origem do problema rural brasileiro

³³ Por exemplo: “Educação de Base” (8/3/1961), “A Educação de Base e o camponês” (8/9/61), “Escolas Radiofônicas” (6/5/61), “Escola sem Vida” (18/4/61), “Grande Obra Social” (18/3/61), “FACES da Educação” (18/3/1961), “JQ contará com o episcopado para defender o Brasil” (23/3/1961), “Instalado o Centro-Piloto da campanha de erradicação do Analfabetismo” (9/10/61), “Combate ao analfabetismo no Ceará” (17/10/61), “Movimento de Educação de Base Inicará em Breve, combate ao analfabetismo no Ceará” (17/10/61), “Objetivos do MEB: Alfabetização, Educação Sanitária e Agrícola e Preparação do Povo para a Reforma Agrária” (18/10/61) “Educação de Base” (31/10/61) e “Formados pelo MEB, vinte e oito supervisores de Escolas Radiofônicas para o Ceará” (20/10/61).

³⁴ A figura do professor substituiu a do engenheiro, em destaque até então. Além das manchetes e entrevistas destacando a atuação do professor, o número de fotografias dos professores e técnicos do MEB também indicam essa relevância. As fotografias publicadas nas edições limitavam-se às figuras da hierarquia católica (bispos) e da sociedade civil (presidentes).

³⁵ Iguatu é um município brasileiro do estado do Ceará, que na década de 1960 foi importante centro produtor de algodão.

estava na colonização, quando foram implantadas as sesmarias, política de acesso a terra que lançou as bases para a concentração fundiária e exploração “semi-feudal” dos trabalhadores rurais.

Principais pontos a serem retidos

Primeiro ponto a ser destacado é a conformidade argumentativa entre o periódico e a hierarquia católica. Quando o episcopado brasileiro defendeu a saída dos problemas rurais por meio de soluções técnicas, *O Nordeste* destacou o papel dos tratores, dos engenheiros e do ensino técnico. Quando o episcopado passou a incentivar a mobilização camponesa, o periódico, prontamente, retratou a população como camponesa e destacou o papel transformador da educação de base e da reforma agrária assistencial.

Com relação à estrutura argumentativa do periódico, a estratégia era clara: analisar os problemas rurais de forma simples e capaz de transmitir segurança à população rural, elegendo um inimigo (a seca), um problema (a incapacidade técnica) e uma solução (o ensino técnico/a educação de base).

Bibliografia citada

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª edição. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2009.
- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- CABRAL, Bruna Marques. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1955-1964). *Escritas* Vol. 6 n.1 (2014); pp. 165-184
- CAMARGO, Aspásia. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. V. 3, t. III. São Paulo, DIFEL. 1981
- CARVALHO, Abdias Vilar de. “A Igreja católica e a questão agrária” In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola. 1985.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COUTROT, Aline. “Religião e Política”. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, vol. 35, 2007; pp. 253-270.

- DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, vol.15, Set./Dec. 2001b; pp. 157-72.
- DELGADO, Jaime Ornelas. Volver al desarrollo. *Problemas del Desarrollo*, 168 (43), 2012. pp. 7-35.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, PPGAS - Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.
- JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, PP. 213-230.
- KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.
- MAINWARING, Scott. Igreja e Política: Anotações Teóricas. *Síntese*, n. 27 (January-April 1983); pp. 35-56.
- MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: _____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994, pp.52-94.
- MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. *Estudos Avançados*. v. 11 (30), 1997; pp. 19-41.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo, 1995*. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp.
- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil*. 1983. Dissertação (Mestrado) – FFCL, Universidade de São Paulo.
- _____. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp.113-136.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930-1961*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MOREIRA, Vânia Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n.35, 1998; pp. 329-360.
- NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010
- SILVA, José Francisco Graziano. *O que é questão agrária*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Economia e Cultura. São Paulo: DIFEL, 1984, tIII, vol. 4, pp. 209-245
- TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil (1946-64)*. Dissertação (Mestrado). Unicamp: Campinas, 1986
- TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.47, pp. 15-28, 2004.
- TRINDADE, Helgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. DIFEL, 1984, t.3,v.3. PP. 297-360.